

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 30 questões objetivas, numeradas de 1 a 30. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **A B C D**;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



DIREITO ADMINISTRATIVO

1. São princípios explícitos da Administração Pública na Constituição Federal, EXCETO:

- a) legalidade.
- b) moralidade.
- c) razoabilidade.
- d) impessoalidade.

2. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos.

3. São modalidades de licitação, de acordo com a Lei 14.133/2021, EXCETO:

- a) tomada de preços.
- b) pregão.
- c) concurso.
- d) diálogo competitivo.

4. Sobre a Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), é INEXIGÍVEL a licitação:

- a) Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores,
- b) Para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram

licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.

- c) Para contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- d) Para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

5. Nos termos do artigo 14 da Constituição Federal de 1988, a soberania popular pode ser exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Com base no exposto, marque a alternativa CORRETA:

- a) O voto é obrigatório para os maiores de 21 anos.
- b) O voto é facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- c) Os estrangeiros podem alistar-se, em qualquer situação.
- d) Os conscritos podem alistar-se durante o serviço militar como eleitores.

6. Quanto às condições de elegibilidade (aquele que pode ser eleito), marque a alternativa que não está de acordo com a Constituição Federal:

- a) Filiação Partidária.
- b) Plexo exercício dos Direitos Sociais.
- c) Nacionalidade Brasileira.
- d) Alistamento Eleitoral.

7. Com base na organização política – administrativa do estado brasileiro, assinale a opção CORRETA:

- a) é proibido somente à União e aos Municípios estabelecer cultos religiosos.

- b) pode ser criada distinção entre brasileiro dentro de casos específicos.
- c) os Estados se organizam politicamente sem necessidade de Constituição.
- d) o Município rege-se por Lei Orgânica.

8. Dos princípios fundamentais de República Federativa do Brasil, podemos afirmar que:

- a) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- b) Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: sociedade baseada em regras antidemocrática.
- c) A dignidade de pessoa humana não é um dos fundamentos do estado democrático brasileiro.
- d) Além do Poder Executivo, podemos falar que o Poder Judiciário tem papel fundamental na confecção de leis federais.

DIREITO CIVIL

9. Cessar, para os menores, a incapacidade:

- a) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver quinze anos completos.
- b) pelo casamento.
- c) pelo exercício de emprego público efetivo, estágio, emprego celetista ou trabalho autônomo a partir dos doze anos de idade.
- d) pelo término, a qualquer idade, do ensino médio e ingresso no ensino superior.

10. A validade do negócio jurídico requer:

- a) agente capaz, ou seja, a partir dos catorze anos de idade.
- b) objeto lícito, possível, determinado ou indeterminável.
- c) forma prescrita ou não defesa em lei.
- d) a autorização expressa do marido, quando o ato a ser praticado for de mulher casada.

11. Sobre os contratos, marque o CORRETO:

- a) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do

alienante expressamente houverem consentido.

- b) É vedado às partes estipular contratos atípicos.
- c) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
- d) Os contratantes são obrigados a guardar, na conclusão do contrato, porém não em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

12. Sobre o divórcio, marque o CORRETO:

- a) O divórcio somente poderá ser concedido após prévia separação judicial dos cônjuges ou comprovada separação de fato há mais de dois anos.
- b) A culpa pelo fim da sociedade conjugal deverá, obrigatoriamente, ser discutida nos divórcios litigiosos e consensuais.
- c) O divórcio não pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens.
- d) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

13. Sobre as obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela ainda que não mencionados.
- b) há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, apenas um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- c) o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido, ainda provado depois que não era credor.
- d) efetuar-se-á o pagamento, em regra, no domicílio do credor.

14. Sobre o poder familiar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) os filhos estão sujeitos ao poder familiar até 16 anos completos.
- b) a separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável alteram as relações entre pais e filhos, dentre outros, quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.

- c) a adoção à brasileira não gera a perda do poder familiar.
- d) a adoção e a emancipação, nos termos do art. 5º, p. único, do Código Civil, são causas de extinção do poder familiar.

15. Estão sujeitos à curatela:

- a) os relativamente incapazes.
- b) os absolutamente incapazes.
- c) os pródigos.
- d) os indígenas.

16. Sobre sucessões, assinale a resposta CORRETA:

- a) aberta a sucessão, a herança transmite-se logo após a partilha judicial aos herdeiros legítimos e testamentários.
- b) regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura daquela.
- c) a sucessão dá-se sempre por lei.
- d) havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de 1/3 da herança.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- b) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- c) Em nenhuma hipótese, é possível pleitear direito alheio em nome próprio.
- d) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

18. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.
- b) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens imóveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.

- c) As partes não podem modificar a competência em razão do valor e do território, para fins de eleger o foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, mas não deve ser declarada de ofício.

19. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
- b) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- c) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.
- d) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido do Ministério Público, não podendo ser a pedido da parte.

20. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.
- b) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- c) O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas
- d) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, não podendo a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

21. A propósito da atuação da Defensoria Pública como curadora especial no Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o juiz nomeará a Defensoria Pública como curadora especial, sempre que o réu ou executado for revel, mesmo que citado por mandado.
- b) será nomeada a Defensoria Pública como curadora especial em favor do incapaz, ainda que tenha representante legal devidamente habilitado no processo, independentemente do tempo de duração da incapacidade.
- c) a Defensoria Pública será nomeada como curadora especial em favor do - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.
- d) a nomeação da Defensoria Pública como curadora especial ao réu revel preso, citado por edital ou com hora certa, gera impedimento a que o referido réu se habilite no processo e constitua Advogado profissional liberal.

22. A propósito do tratamento legal dos honorários advocatícios previsto no CPC, assinale a alternativa CORRETA:

- a) na hipótese de perda superveniente do objeto do processo, os honorários advocatícios serão devidos por quem tenha demonstrado capacidade econômica de efetuar o pagamento.
- b) os honorários advocatícios serão sempre de responsabilidade da parte vencida, mas jamais serão devidos na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.
- c) os honorários advocatícios serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos certos requisitos fixados em lei.
- d) serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra entidades da Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, mesmo que não tenha sido impugnada.

23. Acerca da hipótese de sucessão de partes no Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) no curso do processo, sempre será lícita a sucessão voluntária das partes em razão de cessão ou transmissão negocial de direito, não se exigindo previsão expressa em lei.
- b) a alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes. Todavia, o adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária.
- c) mesmo que ocorra a hipótese de alienação ou do direito litigioso por ato entre vivos, o adquirente ou cessionário ficará proibido de intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante ou cedente.
- d) Ainda que tenha ocorrido a alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, com a identificação e participação do adquirente ou cessionário, a sentença somente produzirá efeito entre as partes originárias.

24. Acerca das prerrogativas institucionais e processuais da Defensoria Pública no Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a Defensoria Pública somente gozará de prazo em dobro para oferecer contestações, impugnações ao cumprimento de sentença, ajuizar embargos à execução e interpor todos os recursos cabíveis.
- b) a Defensoria Pública poderá requerer e o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- c) o benefício da contagem em dobro será sempre garantido à Defensoria Pública, ainda quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Instituição.
- d) O membro da Defensoria Pública jamais poderá ser responsabilizado civilmente quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

DIREITO PENAL

25. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A exigência de anterioridade da Lei Penal está prevista no art.1º do Código Penal. Logo, não há crime sem lei anterior que o defina. Todavia, o princípio da legalidade não se aplica às contravenções penais.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior, costume ou adequação social deixem de considerar crime.
- c) A nossa legislação adotou a teoria do resultado para a definição do tempo do crime. Logo, tempo do crime é aquele do momento do resultado e não o momento da ação ou omissão.
- d) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

26. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As excludentes de ilicitude elencadas no art.23 do Código Penal atenuam a pena, devendo obrigatoriamente ser observadas pelo julgador na dosimetria.
- b) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual e iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- d) O estado de necessidade, o exercício regular de direito e a coação irresistível excluem a culpabilidade do autor do fato.

27. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) Em se tratando de concurso de agentes, as circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam entre eles, salvo quando são elementares do crime.

c) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, sendo vedado o regime fechado.

d) O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade.

28. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para efeito de reincidência não se consideram os crimes militares próprios e políticos.

b) a confissão espontânea e o desconhecimento da lei são causas atenuantes da pena.

c) No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave.

d) As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as penas privativas de liberdade aplicadas não superiores a dois anos para delitos dolosos praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

29. Relativamente aos princípios do Direito Penal, é CORRETO afirmar:

a) A aplicação do princípio da insignificância afasta a tipicidade penal no caso de delito de furto

de coisa de valor irrisório, por se tratar de ato revestido de menor lesividade, ainda que eventualmente

se verifique reiteração da conduta delitiva.

b) A conduta daquele que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de

fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, se enquadra entre as causas de exclusão da ilicitude.

c) Dada a previsão constitucional da coisa julgada, uma vez proferida sentença condenatória

definitiva, transitada em julgado, a norma superveniente não poderá desconstituí-la, sob pena

de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

d) Tendo cessado a pandemia da COVID-19, os processos por crimes contra a saúde pública praticados nesse período devem ser extintos.

30. Sobre as penas, é CORRETO afirmar:

- a) Em se tratando de pessoa condenada a pena privativa de liberdade, em regime fechado, o trabalho se dará de forma compulsória e sem remuneração, na medida em que tal obrigação se relaciona à ressocialização do apenado.
- b) Caso não ocorra o pagamento da pena de multa pelo condenado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, o Ministério Público poderá requerer sua substituição por pena privativa de liberdade.
- c) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.
- d) A confissão do agente poderá ser considerada pelo juiz no cálculo da dosimetria da pena, na medida em que representa causa de diminuição.

31. Relativamente ao concurso de delitos, tem-se por CORRETO afirmar:

- a) A previsão normativa da continuidade delitiva decorre de uma opção do legislador que, por critérios de política criminal, impõe uma dupla punição uma vez que o delito subsequente seja havido como continuação do primeiro.
- b) O concurso formal ocorre quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, sendo no caso aplicada somente a mais grave das penas ou, se iguais, somente uma delas, aumentada em qualquer caso de um sexto até metade.
- c) Por se tratar de bens jurídicos distintos, e considerando o direito fundamental à vida, nos crimes dolosos contra vítimas diferentes deverá ser aplicada a regra do concurso material.
- d) Não poderá ser fixada pena privativa de liberdade superior a 40 anos, na medida em que tal sanção implicaria na prática em pena de caráter perpétuo.

32. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Considerando as funções institucionais do Ministério Público, a ação penal será necessariamente pública, com ressalva dos casos em que se mantenha inerte.
- b) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- c) A pena de multa prescreverá no mesmo prazo para prescrição da pena privativa de liberdade, quando for a única cominada ou aplicada.
- d) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade pela prescrição se dará tomando por base o somatório das penas cominadas aos delitos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. Sobre o INQUÉRITO POLICIAL, assinale a única alternativa INCORRETA:

- a) Uma vez iniciado o inquérito policial, o prazo para sua conclusão dependerá de estar o indiciado solto ou preso.
- b) O Código de Processo Penal diz que os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do Inquérito Policial.
- c) A autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, mas esta reconstrução não poderá ser feita se for ofensiva à moralidade ou à ordem pública.
- d) É atribuição da autoridade policial a determinação pelo arquivamento do Inquérito Policial.

34. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o acordo de não persecução penal:

- a) Somente é cabível em casos de infração penal sem violência ou grave ameaça à pessoa.

- b) É cabível em casos de crimes praticados no âmbito da violência doméstica.
- c) Para o acordo de não persecução penal há necessidade da confissão do investigado.
- d) O acordo deve revelar-se suficiente para reprovação e prevenção do crime.

35. Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A vedação da utilização de provas ilícitas encontra previsão expressa na Constituição Federal e no Código de Processo Penal.
- b) A realização de perícia pode ocorrer na fase do inquérito policial ou durante o processo, por determinação da autoridade policial ou do juiz.
- c) Segundo o Código de Processo Penal, é obrigatória a realização de exame de corpo de delito, direto ou indireto, nas infrações que deixam vestígios.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

36. Assinale o único princípio processual que NÃO diz respeito à Ação Penal Privada:

- a) Princípio da oportunidade ou conveniência.
- b) Princípio da disponibilidade da ação.
- c) Princípio da oficialidade.
- d) Princípio da Indivisibilidade.

37. Cabe Habeas Corpus quando alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Com relação a este instrumento jurídico, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Poderá ser impetrado *Habeas Corpus* contra decisão que recebe denúncia sem justa causa, ainda que o imputado se encontre no gozo da sua liberdade de locomoção.
- b) Cabe ao juiz das garantias julgar o *Habeas Corpus* impetrado antes do oferecimento da denúncia.
- c) O *Habeas Corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, salvo pelo Ministério Público.
- d) Se a autoridade policial determinar a instauração de inquérito policial em crime de ação penal de iniciativa privada sem a

manifestação de interesse do ofendido, é cabível impetrar *Habeas Corpus* contra este ato.

38. Analise as seguintes afirmativas sobre citações e intimações no processo penal e assinale a opção verdadeira:

- a) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- b) Se não localizado o acusado, a citação será feita por hora certa.
- c) A citação será feita por edital quando inacessível, por motivo de força maior, o lugar em que estiver o réu.
- d) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, mesmo que não tenha pago a fiança.

39. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não é possível a progressão *per saltum*, ou seja, um apenado que cumpre pena no regime fechado não pode, após atingido o lapso temporal exigido por lei, ser agraciado diretamente para o regime aberto de cumprimento de pena, sem antes ter se submetido ao regime semiaberto (intermediário).
- b) A regressão *per saltum* é possível, não havendo óbice legal. Assim, um apenado que se encontra no regime aberto de cumprimento de pena pode, após praticar uma falta grave, ser penalizado com a regressão extrema de seu regime de cumprimento de pena, ou seja, regime fechado.
- c) A Lei de Execução Penal prevê expressamente, em seu artigo 118, que o cometimento de crime culposo no curso do cumprimento da pena é situação que pode ensejar a regressão de regime.
- d) O condenado que comete crime doloso ou falta grave deve ser ouvido previamente em respeito ao contraditório e ampla defesa.

40. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A saída temporária está prevista no art.122 da Lei de Execução Penal e pode fazer uso do benefício os condenados que se encontram no regime semiaberto.
- b) A Lei de Execução Penal veda a saída temporária para os apenados que cometem delitos hediondos e/ou equiparados.
- c) A saída temporária é autorizada por ato motivado do Juiz da Execução e não pelo diretor do estabelecimento prisional.
- d) A Lei de Execução Penal prevê cumprimento mínimo de $\frac{1}{6}$ (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e $\frac{1}{4}$ (um quarto), se reincidente para o deferimento de saída temporária.